

Luz Divina: *self* e face de uma personagem na construção de um percurso da loucura sob o viés do comportamento

*Luz divina: self and face of a
character in the construction
of a madness route under
the behavior bias*

Flavio Biasutti VALADARES (IFSP)
flaviovaladares2@gmail.com

Fabrcio de SOUZA (UFBA)
fabris-souza@uol.com.br

Hadriel Geovani da Silva THEODORO (ESPM-SP)
hgtheodoro@gmail.com

VALADARES, Flavio Biasutti; SOUZA, Fabricio de; THEODORO, Hadriel Geovani da Silva. Luz Divina: self e face de uma personagem na construção de um percurso da loucura sob o viés do comportamento. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 366-382, jan./jun. 2017.

Resumo: O artigo trata de alguns aspectos do comportamento da personagem Luz Divina, do seriado de TV *Pé na Cova*, em uma perspectiva de análise de *self* e de face, bem como uma abordagem comportamental. Apresenta a caracterização do programa, aspectos teórico-conceituais sobre *self*, face e teoria comportamental. Utiliza como procedimento metodológico a seleção de algumas falas da personagem para análise, de programas exibidos em 2014, nos dias 08, 15 e 22 de abril. Conclui que Luz Divina representa um comportamento que se utiliza de contingências que a levam a preservar sua face nas interações com o grupo do qual participa.

Palavras-chave: Sociolinguística Interacional. Self e face. Teoria Comportamental. Loucura.

Abstract: The article deals with some aspects of the behavior of the character Luz Divina, from the TV series “Pé na Cova”. The perspective of analysis is the self and the face, as well as a behavioral approach. It presents the characterization of the program, theoretical-conceptual aspects about self, face and behavioral theory. It uses as a methodological procedure the selection of some of the character’s speeches for the analysis, of programs aired in 2014, on April 8, 15 and 22. It concludes that Luz Divina represents a behavior that uses contingencies that lead her to preserve her face in the interactions with the group in which she participates.

Keywords: Sociolinguistics interactional. Self and face. Behavioral Theory. Madness.

Introdução

Neste artigo, propusemo-nos analisar algumas falas de uma personagem emblemática do programa de TV *Pé na Cova*¹, exibido pela Rede Globo – Luz Divina. A personagem apresenta características tipicamente do lugar social de uma pessoa que tem como representação um distanciamento em relação ao momento presente e à sua verdadeira história. É isso o que lhe confere comicidade e faz dela única. Em *Pé na Cova*, Luz Divina se caracteriza, portanto, como uma personagem coadjuvante enleada ao mundo do onírico, da fantasia, de uma outra realidade. Isso se evidencia até mesmo por meio de seu nome. Ela integra um panorama ampliado da história cujo fio condutor se processa na falta, na ausência e na miséria.

Nessa perspectiva, nosso objetivo visa a caracterizar algumas falas da personagem com base no escopo da Sociolinguística Interacional e da Teoria Comportamental. Para tanto, adotamos a análise de três falas da personagem Luz Divina em 3 episódios da série, exibidos em abril de 2014, nos dias 08, 15 e 22. É importante esclarecermos que foram selecionadas algumas das falas para análise em função do espaço que um artigo acadêmico possui; todavia, ressaltamos que a personagem é bastante rica e suscita análises outras em pesquisas futuras.

Sociolinguística Interacional: Self e Face

Na Sociolinguística Interacional, são “focalizadas interações situadas no relacionamento entre participantes de pequenos grupos de comunidades específicas ou no cruzamento cultural” (PEREIRA, 2002, p. 8); além disso, conforme a autora, “o estudo da relação entre língua e sociedade passa a ser visto a partir do uso da fala em contextos sociais

¹ A caracterização do programa encontra-se no anexo. Disponível em <http://gshow.globo.com/programas/pe-na-cova/>

específicos”, bem como podem ser considerados, para estudo, gêneros espontâneos, gêneros produzidos em contextos institucionais, dentre outros.

Aqui, valemo-nos do pressuposto de que a comunicação é um comportamento, um ato de troca, uma prática, e mais, como atesta Schiffrin (1994), a interação como uma construção que os participantes, durante a interação, promovem, ou seja, na visão de Gumperz e de Goffman, a conversa não é um evento coeso, mas uma sucessão de atividades em contexto e em enquadres e esquemas específicos.

Gumperz (1982a, 1982b, cf. TELLES;GARCEZ, 2002) entende a linguagem como um sistema simbólico que opera em dois níveis: no nível macro-estrutural, as identidades de grupo e as diferenças de *status* são elaboradas e, no nível micro, os significados contextualizados. Assim, por meio da linguagem, são construídas não somente identidades sociais e culturais, bem como quem somos, de onde falamos, o que queremos comunicar e como o fazemos (SCHIFFRIN, 1994).

Schiffrin (1994) explicita que Goffman, por seu turno, explora o interacional, tendo investigado detalhadamente os procedimentos e práticas por meio das quais os indivíduos organizam e dinamizam seus encontros face a face no mundo cotidiano. Em nossa análise, basicamente, são os conceitos de *self* e face os explorados para a consecução de nossos objetivos.

Adotamos, então, a noção de face de Goffman (1967), que consiste no valor social positivo que a pessoa efetivamente reclama para si mesma por meio daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico, sendo consideradas, na interação, tanto a face do falante quanto a do seu interlocutor. Nesse aspecto, para Goffman, a face dos outros e a própria face são construtos da mesma ordem: são as regras do grupo e a definição da situação que determinam a quantidade de sentimento ligado à face e como esse sentimento deve ser distribuído entre as faces envolvidas.

Ele estabelece orientação defensiva e protetora da face. Mediante a orientação defensiva, o falante procura “salvar sua própria face”; a orientação protetora visa a “salvar a face dos outros”. Em tais orientações, deve haver um ponto de equilíbrio em que, ao tentar salvar a face de outros, deve-se escolher uma ação que não leve à perda da própria face. Ao se tentar salvar a própria face, deve-se considerar a perda de face que esta ação possa acarretar nos outros. (GOFFMAN, 1967).

Além disso, o autor estabelece linhas de conduta na relação

de face: face sustentada – a ligação da pessoa a uma face específica; estar em face – seguir uma dada linha de conduta; face errada – valor social em desacordo (sentimento de vergonha); *aplomb* – capacidade de suprimir e ocultar qualquer tendência a ficar envergonhado; perder a face – intenção de muitas brincadeiras; práticas de salvamento da face; processo corretivo/reparação da face; e processo de evitação/proteção da face.

No caso do *self*, nosso sentimento de quem somos, em personalidade e socialmente no micro-nível de análise, isto é, em encontros, interações e atividades em que rotineiramente nos engajamos, é importante entendermos que não se trata somente de processos sociais que operam em relação com instituições sociais (por exemplo, a família, a escola, o trabalho), mas de processos sociais embutidos nas situações, ocasiões, encontros e rituais cotidianos. Dessa maneira, as identidades que adotamos também ajudam a produzir ordem social e estabilidade e, conseqüentemente, ajudam a dar às instituições sociais seus significados e suas estruturas fundamentais.

Além da perspectiva de *self* e de face, utilizamo-nos de Lim e Bowers (1991) para observarmos que os trabalhos de face se prestam a nos conduzir ao entendimento do modo como as pessoas mitigam ou direcionam as ameaças à face quando executam um ato de ameaça à face (AAF), comum nas interações de nossa personagem em análise. Os autores explicitam que o objetivo, nesse ponto, é especificar o conceito de face positiva, dividindo-o em dois: competência e camaradagem; examinar quais são os suportes dos três tipos de desejos de face e quais são os atos ameaçadores desses desejos; relacionar os três conceitos de face com fatores situacionais e sociais.

A partir do Modelo de Lim e Bowers, são elaborados três tipos de face: face da competência – refere-se ao desejo de ser respeitado, de ter as habilidades reconhecidas. A aprovação dá suporte a esse desejo; face da camaradagem – refere-se ao desejo de ser aceito, de estar incluído em determinado grupo. A solidariedade dá suporte a esse desejo de face; e face da autonomia – refere-se ao desejo de ter liberdade de ação. O tato dá suporte ao desejo de autonomia.

A loucura na perspectiva comportamental

Aqui se faz importante assinalarmos que, sob a perspectiva analítico-comportamental, analisar o comportamento requer,

obrigatoriamente, a consideração do seu caráter multideterminado (BANACO, 2001). Isso equivale a dizer que o comportamento não possui uma causa única e, como pode ser observado em Skinner (1981), suas múltiplas causas são advindas de três grandes níveis de determinantes, a saber, o filogenético, o ontogenético e o cultural. Esses três níveis de seleção devem estar necessariamente envolvidos quando se deseja elaborar uma explicação para qualquer comportamento.

Em termos simplificados, Skinner abandona a concepção mecânica S→R (estímulo – resposta) porque, ao conceber o caráter operante do comportamento (produção de efeitos no ambiente e suscetibilidade a esses efeitos produzidos), ele assume que o organismo pode emitir uma gama variada de respostas frente ao ambiente, e estas respostas geraram diversas consequências (SKINNER, 1998[1953])². São exatamente essas consequências que manterão, ou não, as respostas que as produziram. Aquelas respostas que produzirem as consequências mais funcionais diante do ambiente é que serão mantidas. Segundo esse modelo explicativo, a ação do organismo tem um papel fundamental, visto que, se não houver a ação, também não haverá a seleção de respostas.

Dentre as características desse modelo causal apresentado por Skinner (1981), é necessário ressaltarmos dois pontos: primeiro, a causalidade descrita dá-se pelos processos de variação e seleção; segundo, ambos os processos ocorrem nos níveis filogenético, ontogenético e cultural (SKINNER, 1991[1989]).

Assim como na seleção natural é necessária uma variação genética, na seleção pelas consequências, é requerido que haja uma diversidade de respostas para que estas, gerando diferentes efeitos no ambiente, possam, ou não, ser selecionadas. Se, na evolução genética, a seleção ocorre porque existem diferenças comportamentais nos padrões sobrevivência e de reprodução, algo muito semelhante ocorre na evolução do comportamento, uma vez que algumas variações comportamentais são mais facilmente mantidas quando comparadas a outras (BAUM, 1999). Como indica Micheletto (1999), diferentes maneiras de organização social, jeitos de agir e conhecimento precisam ser construídos para garantir a multiplicidade de possibilidades no ambiente, garantindo que formas efetivas em determinadas circunstâncias sejam mantidas.

Nesse sentido, lemos em Andery, Micheletto e Sérgio (2002) que

² Quando duas datas forem apresentadas, a primeira corresponderá ao ano da edição consultada; a segunda, entre colchetes, ao ano de publicação da obra original.

assim como na seleção natural a variação produz o material sobre o qual deverá operar a seleção, o modelo causal de Skinner envolve processos de variação e seleção onde as variações, sempre graduais, ocorrem ao acaso e, também, fornecem uma base para a seleção operar.

Segundo Skinner (1987[1981]; 1991[1989]), os processos de variação e seleção ocorrem tanto no nível filogenético quanto nos níveis ontogenético e cultural. No primeiro nível de seleção, há a ação da seleção natural que nos fornece o “organismo”. No segundo nível, o condicionamento operante produz um organismo com repertórios comportamentais diferentes que passa a ser chamado de “pessoa”. Já no terceiro nível de seleção, operam as contingências especiais mantidas por um ambiente social e essas contingências constroem, na pessoa, o “self”. *Pessoa e Self* são diferenciados a partir da constatação de que a pessoa (um repertório de comportamento) pode ser observada por outrem, enquanto o *self* (um conjunto de estados internos) é observado através dos sentimentos ou pela introspecção (ver também SKINNER, 1990). Adotando este modelo causal, Skinner, conforme Andery e Sérgio (1999), implica-se a necessidade de ampliar o escopo de suas investigações em direção ao estudo da interação entre a Análise do Comportamento e a Biologia e a Análise do Comportamento e as Ciências Sociais.

Como exposto anteriormente, com o modelo da seleção pelas consequências, é possível afirmarmos que as relações estabelecidas entre eventos comportamentais e eventos ambientais não se relacionam de acordo com o modelo causal mecanicista supondo que o fator determinante para a ocorrência de um evento apresenta-se imediatamente antes dele. Com o novo modelo construído por Skinner, é claramente visível que são os eventos consequentes que mantêm o comportamento. A relação entre comportamento e ambiente passa a ser caracterizada por uma relação do tipo funcional na qual os efeitos produzidos pelo comportamento serão analisados como um dos elementos fundamentais no processo de manutenção comportamental. Em outras palavras, não mais um raciocínio do tipo “causa-efeito” é utilizado na análise skinneriana.

Skinner (1998[1953]) enumera algumas variáveis tidas como supostas causas para o comportamento, como por exemplo, a estrutura corporal do indivíduo, o sistema nervoso, as causas do tipo “psíquicas ou mentais” ou simplesmente qualquer evento conspícuo que apareça coincidindo com a ocorrência do comportamento. Entretanto, ele é enfático na defesa da importância das variáveis externas das quais o

comportamento é função e, desta premissa, elabora o que se conhece por “análise funcional”.

A análise funcional requer a observação da íntima relação entre a resposta específica emitida pelo sujeito frente a um ambiente particular. A importância dessa relação pode ser notada, entre outras menções, na afirmação de Skinner (1984[1969]):

Uma formulação adequada das interações entre o organismo e seu meio ambiente para ser adequada, deve sempre especificar três coisas: (1) a ocasião na qual ocorreu a resposta, (2) a própria resposta e (3) as consequências reforçadoras. (SKINNER 1984[1969], p. 182).

E o autor continua ressaltando que “não mais encaramos o comportamento e o ambiente como coisas ou eventos separados, mas nos preocupamos com sua inter-relação” (p. 184).

Meyer (1997) escreve que a análise funcional do comportamento é o instrumento básico do analista comportamental cuja tarefa é identificar as relações mantenedoras do comportamento e inferir aquelas que agiram na sua ontogênese. Por meio de uma análise funcional, é possível estabelecer ou propor relações de contingências para instalar ou desenvolver um comportamento, bem como promover a alteração de seus ritmos e padrões: “Mudanças no comportamento só se dão quando ocorrem mudanças nas contingências. Por isso a análise funcional é fundamental sempre que o objetivo seja a predição e o controle do comportamento” (MEYER, 1997, p. 32).

Relembrando que o analista do comportamento é um cientista natural, um darwinista, um baconiano (por utilizar a observação, a classificação e a indução), um empirista e um funcionalista, Matos (1999), apropriadamente, discute o caráter evolucionista do comportamento, tanto para a sobrevivência dos indivíduos quanto na construção e manutenção de repertórios adequados para lidar com ambientes complexos.

A crença na seleção do comportamento por suas consequências nos leva a acreditar que o caráter funcional do comportamento, como nos mostra Banaco (1997), torna-o adaptativo dentro das contingências que o mantém. Assim, faz-se imperativa uma ressalva ao termo “sobrevivência” utilizado por Matos (1999).

Se um comportamento é tido como estranho, ou até mesmo patológico, não se pode esquecer que ele representa um mecanismo adaptativo do sujeito para lidar com um ambiente complexo. De acordo

com essas condições, muito provavelmente uma análise funcional chegaria à conclusão de que tal comportamento foi o mais “funcional”, o mais apropriado que o sujeito conseguiu emitir frente às suas contingências de vida que envolvem tanto o seu corpo biológico quanto sua história pessoal além de sua constituição sociocultural. Essa constatação é de fundamental importância porque, como ressalta Banaco (1997, p. 81), acreditar na seleção do comportamento por suas consequências implica o impedimento de qualquer classificação do mesmo como “anormal” ou “patológico”, já que todo e qualquer comportamento é adaptado às contingências que o selecionaram e o mantêm.

Podemos concluir que, quando se realiza uma análise funcional, ou seja, uma análise dos efeitos produzidos pelo comportamento, certos aspectos do ambiente são levados em consideração e, principalmente, a função que um comportamento possui nesse ambiente específico.

Para a tarefa de execução de uma análise funcional, Meyer (2003) sugere que sejam atendidas três prioridades básicas na condução do processo de análise funcional. A primeira delas é a identificação dos comportamentos de interesse. Segundo Sturmey (1996), essa primeira condição envolve uma operacionalização dos comportamentos-alvo e requer do analista comportamental a observação do comportamento bem como a atenção aos relatos de pais, professores, pesquisadores (MATOS, 1999), enfim, daqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos na história de quem emite o comportamento a ser analisado.

A segunda condição apontada por Meyer (2003), e também por Matos (1999), é a identificação e a descrição dos efeitos do comportamento, ou seja, a frequência com que este ocorre, sua duração ou intensidade. A terceira prioridade é o levantamento de relações ordenadas acontecendo entre as variáveis ambientais e o comportamento de interesse, bem como a identificação das relações entre o comportamento de interesse e os demais existentes (MATOS, 1999; MEYER, 2003).

Após tais considerações sobre seu caráter adaptativo, é preciso ressaltar que todo comportamento, seja ele tido como “saúdável” ou “patológico”, está sujeito aos mesmos princípios de seleção (aprendizagem) de forma que não se evidencia, entre esses comportamentos, nenhuma diferença “intrínseca” quanto a seus processos de desenvolvimento e manutenção. Diferentemente daquilo que é preconizado pelo modelo médico tradicional, o modelo psicológico, subjacente às premissas acima descritas, preconiza que um dito “distúrbio” é visto como uma dificuldade específica de

um indivíduo em seu contexto de vida refletindo desvios de normas socialmente determinadas e historicamente construídas. Em outras palavras, o julgamento do que seja uma “anormalidade” está posto sob critérios relativos e não universais. Assim, a decisão pela intervenção deve levar em conta se o padrão comportamental realmente representa um problema para o indivíduo e se essa intervenção geraria benefícios para a pessoa e para a sociedade (GONGORA, 2003).

Muitos aspectos dos comportamentos tidos como anormais ou patológicos ainda carecem de investigações e explicações. Conforme o modelo psicológico de avaliação, é preciso que se questione, como apontado por Falk e Kupfer (1998), se o comportamento considerado patológico é uma resposta anormal para uma condição normal ou, pelo contrário, se ele é uma resposta normal emitida frente a um contexto extremo ou desordenado.

Banaco *et al* (2012) questionam o caráter de “anormalidade” presente no modelo médico tradicional e apresentam duras críticas aos critérios utilizados na classificação de um evento comportamental como normal ou anormal. De acordo com o critério estatístico, é normal tudo aquilo que a maioria das pessoas faz. Tal ponto de vista desconsidera as diferenças individuais e as particularidades da história de vida de cada indivíduo em seu ambiente físico e social.

Também não é possível, considerado o modelo psicológico, assumir que um comportamento tido como anormal seja caótico e, em decorrência disso, não obedeça a leis e nem seja passível de ordenação. Se um evento parece não estar em conformidade com as leis comportamentais, são essas leis que precisam ser revistas ou descartadas (BANACO *et al*, 2012).

É interessante notarmos que muitos eventos “assustadores” como ilusões ou percepções distorcidas ocorrem rotineiramente na vida das pessoas, mas com um período curto de duração. Já o comportamento tido como anormal demora a passar ou é permanente. Este critério de reversibilidade é bem destoante do modelo psicológico por desconsiderar a análise dos acontecimentos que mantêm os comportamentos, bem como não levar em conta os fatores de mudança na probabilidade de ocorrência de tais eventos “assustadores” (BANACO *et al*, 2012).

Quanto ao critério de sofrimento, o modelo psicológico assume que um comportamento que gera sofrimento o faz devido a seu envolvimento com controle aversivo (que envolve estimulação aversiva). Isso é preciso ser considerado, visto que muitos processos

comportamentais envolvendo estimulação aversiva são observados produzindo comportamentos patológicos (BANACO *et al*, 2012).

Por fim, para que fique bem esclarecido, um comportamento classificado como patológico produz sofrimento para os sujeitos que os apresentam, ou a outros com quem eles convivem, e possui o controle aversivo como uma de suas fontes. Como discutido por Banaco *et al* (2012), é preciso que seja investigada, no nível filogenético, a sensibilidade diferenciada a estímulos que cada pessoa apresenta frente a outras. No nível ontogenético, é importante que sejam pesquisadas as peculiaridades da história de vida do sujeito de forma a compreender os efeitos do controle aversivo nos diversos conjuntos de relações construídos.

Em termos culturais, é urgente que se compreenda como as idiosincrasias de um dado comportamento podem produzir um padrão do tipo irritadiço, deprimido, delirante *etc*. Dentro desse aspecto cultural, deve ser dada a devida consideração às falas de cientistas e profissionais da saúde quanto à sua capacidade de determinar classificações daqueles tidos como portadores, ou não, de doenças mentais ou qualquer outro padrão tido como patológico.

Luz Divina: uma análise de *self* e *face* no percurso comportamental

Qualquer investigação baseada nos princípios da análise do comportamento terá que considerar a multideterminação do comportamento e atentar para os fatores envolvidos, tanto na sua seleção quanto na sua manutenção, levando em conta suas dimensões biológica, individual e cultural. Assim, uma cuidadosa análise da história de aquisição do comportamento deverá ser empreendida para que uma intervenção adequada possa ser planejada.

A história de vida da pessoa que apresenta o padrão comportamental tido como excêntrico e/ou patológico precisará ser compreendida de maneira que se possa entender a estrutura do comportamento e os efeitos que ele produz no contexto onde é exibido. Aqui, é possível diferenciar radicalmente os modelos médico e psicológico de análise. O primeiro visualizará o comportamento a partir de critérios biológicos e estatísticos; o segundo enfatizará uma minuciosa descrição das atividades rotineiras do sujeito e sua relação com o contexto de interação.

Ainda que não se descarte uma vulnerabilidade biológica, o

modelo psicológico se apoia na premissa de que, em toda sua história de vida, o sujeito se comporta em relação funcional com seu contexto de vivências particulares que envolvem sua genética, suas aprendizagens individuais e a cultura onde está inserido.

Essa importância dada à investigação da história de interação se justifica na constatação de que comportamentos estruturalmente diferentes podem ser mantidos pelos mesmos processos de controle. Ou, comportamentos bem assemelhados podem produzir efeitos muito diferentes no contexto onde são emitidos (FERSTER, 1973).

O comportamento de Luz Divina parece não produzir sofrimento para ela ou para os que com ela convivem. Isso nos indica que suas excentricidades podem estar sendo mantidas pelo fato de dizer certas verdades que os ditos “normais” não diriam, ou por trazer para um contexto específico o caráter anedótico que outros envolvidos na interação não fariam por julgar inapropriado.

Nesse aspecto, ela estabelece um trabalho de face bem peculiar no qual demonstra competência ao obter aprovação de seus interactantes, como no diálogo com Alessanderson:

ALESSANDERSON: Ela desligou na minha cara!

LUZ DIVINA: Claro! Magine! Um deputado usando o serviço de saúde pública? Ela achou que era uma pegadinha. Jucelino, corre lá no Doutor Zóltan e traz ele aqui pra dar uma olhada no Russo. Eu podia ir, não é? Mas cada vez que eu entro naquela clínica eu sou internada. Ah, uma loucura. (Episódio de 08 abr.2014).

Ainda que imiscuída de uma posição na interação que poderia levá-la ao descrédito ao se considerar suas ações cotidianas, Luz Divina consegue a adesão ao construir uma fala que recebe aprovação pelo conteúdo que traz. Simultaneamente, preserva sua face da camaradagem, visto que se mantém naquele grupo e dele faz parte. Para além, constrói a face da autonomia, uma vez que sua fala indica uma liberdade de ação, inclusive levando à situação sociocomunicativa autônoma. Além disso, ainda que pudesse parecer, não existe, para ela, uma face errada – valor social em desacordo (sentimento de vergonha) e, ao mesmo tempo, ela elabora um processo corretivo, de reparação da face.

Na fala retirada do episódio do dia 15 abr.2014, Luz Divina

conversa com Sermancino:

LUZ DIVINA: Então eu vou começar. Quando eu crescer...

SERMANCINO: Você já cresceu, Luz Divina.

LUZ DIVINA: Mas é faz de conta, bobo. Deixa eu falar. Quando eu crescer eu quero fazer strip-tease. Ficar agarrado naquele pau girando, girando, girando... (Episódio de 15 abr.2014).

Aqui, é possível verificarmos uma interação na qual Luz Divina garante a preservação da face, quando do ato de ameaça à face, empreendido por Sermancino, ao dizer “Mas é faz de conta, bobo”. Isso pode repercutir em um comportamento cuja funcionalidade demonstra a habilidade da personagem em manter-se coerentemente atuante na conversa evitando ser ridicularizada ou ter sua fala menosprezada.

Como as demais personagens não mantêm os questionamentos acerca da veracidade dos relatos de Luz Divina, é possível afirmar que as estratégias utilizadas por esta personagem recebem aprovação social (são reforçadas). Ou seja, como sustenta Goffman (1967), a personagem consegue manter *aplomb* – capacidade de suprimir e ocultar qualquer tendência a ficar envergonhada – bem como não perde a face, devido a um encaminhamento que poderia levar à intenção de brincadeira.

Do episódio exibido em 22 abr.2014, retiramos uma interação com Russo:

LUZ DIVINA: Russo, não esquenta a cabeça com a Odete. Mulher quando engravida fica assim mesma, esquisita, desenvolve umas manias... Eu, por exemplo, quando engravidei só queria comer barro. Passava horas lambendo tijolo, acredita?

RUSSO: Tu nunca engravidou, Luz Divina.

LUZ DIVINA: Engravidei, sim. De um anão. Sabe?! Só que o nenêzinho nasceu morto. Você mesmo fez o enterro. Ah, Russo, olha, não conta nada pro Juscelino que eu saí com a Marcassa.

RUSSO: Por que não?

LUZ DIVINA: Porque ele ainda pensa que eu sou moça. (Episódio de 22 abr.2014)

Para este trecho, é importante observarmos que Luz Divina

delira a partir de uma situação na qual a verossimilhança é necessária, afinal a gravidez teria traços que ninguém viu, como atesta Russo no diálogo. De qualquer maneira, mais uma vez, Luz Divina salva sua face ao desconstruir a interação com a indicação de que havia engravidado de um anão, isto é, mantém uma prática de salvamento da face.

Aqui, parece haver um comportamento que se encontra plenamente consolidado no repertório de Luz Divina. Observando bem, da mesma forma que na descrição anterior, os interactantes da cena mantêm os mesmos padrões de ação que reforçam as estratégias verbais apresentadas por Luz Divina para interagir no contexto e produzir a aceitação de seus argumentos pessoais. As cenas são diferentes, mas o padrão comportamental presente é o mesmo. Como explicitado anteriormente, os comportamentos de Luz Divina, por produzirem consequências funcionais no contexto, são reforçados pelas pessoas com quem interage.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos desenvolver uma análise que envolvesse a Sociolinguística Interacional e a Teoria Comportamental, a fim de identificarmos, na personagem Luz Divina, aspectos relativos a seu comportamento social em interações, por meio das falas selecionadas em 3 episódios do programa “Pé na Cova”.

Nesse sentido, obtivemos um encaminhamento bastante interessante no que concerne a interações mantidas por um comportamento cujo repertório se mantém em direção à construção de um *self* que se pretende sempre com o objetivo de manter interações que não sejam associadas a uma possível loucura por parte da personagem, seja pela própria Luz Divina, seja por seus interactantes, pois os elementos de preservação de face que ela reclama para si mesma, como o valor social positivo, encaminham para o que os outros presumem ser a linha tomada pela personagem durante um contato específico (GOFFMAN, 1967).

Por fim, podemos afirmar que o comportamento de Luz Divina precisaria passar pelo escrutínio de uma análise que, ainda que contemplasse uma possível suscetibilidade biológica, deveria buscar, na sua história de interação, os determinantes que a fizeram emitir o repertório comportamental que a caracteriza.

Referências

ANDERY, M. A. P. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P. O modelo de seleção pelas consequências a partir de textos de B. F. Skinner. In TEIXEIRA A. M. S. *et al.* (Orgs.). **Ciência do comportamento**: conhecer e avançar. Santo André: ESETec, v. 2, 2002. p. 151-163.

ANDERY, M. A. P. A.; SÉRIO, T. M. A. P. O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é suficiente? In BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista. Santo André: ARBytes, v. 1, 2ª ed. 1999. p. 106-116.

BANACO, R. A. Auto-regras e patologia comportamental. In ZAMIGNANI, D. R. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos. Santo André: ARBytes, 1997. p. 80-88.

BANACO, R. A. Alternativas não aversivas para tratamento de problemas de ansiedade. In MARINHO, M. L.; CABALLO, V. E. (Orgs.). **Psicologia clínica e da saúde**. Londrina: Ed. UEL; Granada: APICSA, 2001. p. 197-212.

BANACO, R. A. *et al.* Psicopatologia. In HÜBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. (Orgs.). **Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. p. 154-166.

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo**: ciência, comportamento e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FALK, J. L.; KUPFER, A. S. Adjunctive behavior: application to the analysis and treatment of behavior problems. In O'Donohue (Org.). **Learning and behavior therapy**. Boston: Allyn & Bacon, 1998. p. 334-351.

FERSTER, C. B. A functional analysis of depression. **American Psychologist**, 23, n. 10, 1973.

GONGORA, M. Noção de psicopatologia na análise do comportamento. In COSTA, C. E.; LUZIA, J. C.; SANT'ANNA, H. H. N. (Orgs.). **Primeiros passos em análise do comportamento e cognição**. Santo André: ESETec, 2003. p. 93-109.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual**: Essays on face-to-face behavior. Garden City, NY: Anchor/Doubleday, 1967.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In TELLES, B. R.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 149-182.

LIM, T.; BOWERS, J. W. Facework Solidarity, Approbation, and Tact. **Human Communication Research**. v. 17, n. 3, 1991. p. 415-450.

MATOS, M. A. Análise funcional do comportamento. **Estudos de Psicologia**. 16(3), 1999. p. 8-18.

MEYER, S. B. O conceito de análise funcional. In DELITTI, M. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: a prática da análise do comportamento e da terapia

cognitivo-comportamental. Santo André: ARBytes, v. 2, 1997. p. 31-36.

MEYER, S. B. Análise funcional do comportamento. In COSTA, C. E.; LUZIA, J. C.; SANT'ANNA, H. H. N. (Orgs.). **Primeiros passos em análise do comportamento e cognição**. Santo André: ESETec, 2003. p. 75-91.

MICHELETTO, N. Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano. In BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista**. 2ª ed. Santo André: ARBytes, v. 1, 1999. p. 117-131.

PEREIRA, M. G. D. (org). Interação e Discurso: estudos na perspectiva da Sociolinguística Interacional/Áreas de interface. Volume temático, **PaLavra 8**, 2002.

SCHIFFRIN, D. The management of a co-operative self during argument: the role of opinions and stories. In GRIMSHAW, A. D. (ed.). **Conflict talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SKINNER, B. F. Selection by consequences. **Science**, 213, 1981. p. 501-504.

SKINNER, B. F. **Contingências de reforço: uma análise teórica**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984[1969]. Coleção: Os Pensadores.

SKINNER, B. F. Can psychology be a science of mind? **American Psychologist**. 45 (11), 1990. p. 1206-1210.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas/SP: Papyrus, 1991[1989].

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998[1953].

STURMEY, P. **Functional analysis in clinical psychology**. Chinchester, Inglaterra: John Wiley and Sons, 1996.

TELLES, B. R.; GARCEZ, P. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, 2002.

Recebido em: 21 de fev. de 2017.

Aceito em: 02 de jun. de 2017.

ANEXO

Caracterização do Programa *Pé na Cova*

A série televisiva de humor *Pé na Cova* é uma produção da emissora Rede Globo. Escrita por Miguel Falabella e dirigida por Cininha de Paula, ela começou a ser transmitida em janeiro de 2013. Neste mesmo ano, a série teve duas temporadas, que totalizaram 33 episódios. A terceira temporada foi ao ar durante o ano de 2014 e contou com 14 episódios, exibidos nas noites de terça-feira, no horário das 23 horas. A quarta temporada da série foi ao ar no decorrer de 2015. A última temporada da série foi exibida entre janeiro e abril.

A história principal de *Pé na Cova* se desenvolve no bairro carioca do Irajá e é centrada na peculiar família Pereira. Ruço, apelido de Gedivan (Miguel Falabela), é o patriarca e administra a Funerária Unidos do Irajá, ou F.U.I, herdada de seu pai. Nas duas primeiras temporadas, ele foi casado com Abigail (Lorena Comparato), uma jovem órfã, com quem teve um filho, Neymã. Porém, Ruço ainda compartilha a casa onde mora com a ex-mulher, Darlene (Marília Pêra), maquiadora de defuntos. Juntos, eles têm 2 filhos, Alessanderson (Daniel Torres) e Odete Roitman (Luma Costa). Odete ganha a vida sendo *stripper* na internet e Alessanderson como um político corrupto. Com a família Pereira, ainda vivem Babá, uma senhora idosa, não faz muito além de articular algumas palavras, e a empregada doméstica Adenoide (Sabrina Korgut).

Ao lado da casa dos Pereira, há uma oficina mecânica na qual trabalham Cristiane (Mart'nália), conhecida como Tamanco, e seu irmão Marcão (Maurício Xavier), que, à noite, faz programas como travesti, a qual todos nomeiam de Markassa. Ao longo da história, Odete Roitman e Tamanco começam a se relacionar e acabam por adotar Sermancino (Gabriel Lima), que era até então um menino de rua.

Também encontramos na vizinhança o trailer de sanduíche das “Cachorras Quentes”, administrado pelas irmãs Giussandra (Karina Marthin) e Soninja (Karin Hils), que são gêmeas não-idênticas, sendo Giussandra branca e Soninja negra. Outros dois personagens fazem parte da cena geral da série: Floriano e Dirceia. Floriano e Ruço aparentemente tiveram um caso no passado, o que não fica muito evidente, tampouco comprovado, sendo apenas algo sugerido. Dirceia

trabalha como a empregada doméstica de Floriano e ambos vigiam tudo e todos, costumando pregar a “moral e os bons costumes”.

Por fim, na F.U.I, trabalha o motorista Juscelino (Alexandre Zacchia), também conhecido como quasímado ou “quasimo”. Sua irmã, Luz Divina (Eliana Rocha), trabalha esporadicamente na funerária, chorando nos velórios e fazendo coro nos enterros. Luz Divina é considerada por todos como louca, descompensada, fora de seu juízo normal, isso porque ela sempre quer ficar nua, inventa histórias e tem rompantes de lucidez que fazem com que ninguém a compreenda muito bem. Alegando ser mulher de muitos homens, Luz Divina sempre relembra seus maridos, que muito provavelmente nem tenham existido.

Segundo a própria Luz Divina, sua loucura é comprovada por vários laudos médicos, que carrega na bolsa para mostrar àqueles que duvidam. Juscelino, por sua vez, luta para conseguir comprar os inúmeros remédios de que sua irmã necessita. Mas o dinheiro nunca chega. Então, quando Luz Divina fica “alterada”, ele acaba por colocá-la em uma banheira de gelo para que ela possa se acalmar.